

## II

# FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E TRAÇOS FASCISTÓIDES NO CAPITALISMO DEPENDENTE: UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA BRASILEIRA\*

*Lucilia Carvalho da Silva*

### **Introdução**

As reflexões aqui produzidas compõem o universo dos temas que atravessam a pesquisa “Conservadorismo, expansão neopentecostal e Serviço Social”, coordenada por mim em parceria com a professora da Escola de Serviço Social da UFF - Niterói, Lucia Soares, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Serviço Social, Questão Racial, Direitos Humanos e Religiosidades (NUSSRADIR) da Universidade Federal Fluminense. Também atribuo a contribuição para as análises sobre o capitalismo dependente aos anos de participação no Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Serviço Social, coordenado por uma das principais referências de estudos sobre a obra de Florestan Fernandes, a professora da Escola de Serviço Social UFF-Niterói, Katia Regina de Souza Lima. Cabe registrar que os dados empíricos foram extraídos da plataforma “Religião e Poder”, organizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), um relevante recurso para pesquisadoras e pesquisadores que se propõem a estudar a seara dos vínculos entre as religiões e religiosidades com a política.

O esforço do presente capítulo é problematizar os elementos da conjuntura brasileira, cujo padrão de governabilidade está assentado na relação fé e política como pilar da busca por hegemonia. Nos limites das breves linhas da análise deste documento, sistematizamos os principais fenômenos que conformam a narrativa de extrema-direita do atual go-

---

\*DOI – 10.29388/978-65-81417-79-6-0-f.47-78

verno, identificando o “museu de novidades” que reatualiza velhos padrões de dominação no Brasil capitalista dependente, marcado pelo protagonismo cristão na organização dos “modos de vida”.

Muito se discute no Brasil sobre o “atraso” das elites dominantes, considerando o aspecto antimoderno dos que exercem domínio político e econômico no país. Filósofos, tais como Jessé de Souza (2017) e Marilena Chauí (2010), analisam o comportamento preconceituoso, racista, sexista e de costumes conservadores que justificam as práticas de ódio aos padrões alheios aos parâmetros normativos branco, colonial, heterossexual, escravocrata e patriarcal. Se de fato, na experiência cotidiana institucional, via organizações do Estado, as desigualdades são reproduzidas nas políticas de encarceramento, de judicialização da pobreza, de extermínio de pretos, pardos e indígenas, de homo e transfobia, dentre inúmeros outros exemplos, tais condutas possuem a adesão de segmentos expressivos da população brasileira, não só das frações mais abastadas. Ademais, um sistema de ideias conservador fundamenta as políticas do “arcaico”, ao passo que sinaliza auspícios burgueses “modernos”.

Tomamos como vertente explicativa do fenômeno do conservadorismo no Brasil, as razões históricas da constituição do nosso capitalismo dependente (FERNANDES, 2009). Um conservadorismo que lembra a figura do ornitorrinco da metáfora de Chico de Oliveira (OLIVEIRA, 2003), pois é uma espécie de amálgama de elementos do conservadorismo clássico antiburguês e do conservadorismo moderno, produto dos processos classistas de modernização da sociedade capitalista. Advertimos que nossa análise, ao particularizar o fenômeno do capitalismo dependente, também particulariza as concepções da tradição marxista que cunharam as naturezas contrapostas do sistema de ideias conservador tradicional e moderno.

Dombrosky (2020), por exemplo, aponta a aliança contemporânea entre liberais burgueses e conservadores como um fenômeno possível dada a matriz comum de pensamento que rejeita a igualdade como princípio norteador da liberdade e a democracia como um fenômeno de

massa. Ainda que para os liberais, como Friedrich Hayek, a delimitação do limite mínimo que deve ser dado pelo Estado para garantia da propriedade privada é de difícil precisão, para conservadores inspirados por Edmund Burke, esse limite é definido por um sistema de dogmas atribuído pela tradição. No entanto, desde que a igualdade não seja a base dos sistemas democráticos, a democracia da minoria (dirigente, nos termos de Gramsci) será ponto de convergência.

Compreendendo que não tivemos uma transição clássica, revolucionária, ao modo de produção das relações sociais capitalistas, o conservadorismo, entendido como um sistema de ideias, também guardará particularidades frente aos interesses de nossa burguesia associada, que a despeito das diferenças entre suas frações, terá como elemento comum sua verve antimoderna e contrarrevolucionária. No capitalismo dependente, um sistema de ideias de tipo tradicional e conservador moderno (liberal) não se apresenta, em seus efeitos empíricos, pela via da polarização, mas pela via da relação amalgamada. A modernização conservadora será pactuada em ritmos lentos, nos limites da divisão do excedente econômico, da heteronomia cultural e da superexploração do trabalho, garantindo a preservação de uma plutocracia que alija “os de baixo”, como nos aponta a obra de Florestan Fernandes.

Partindo da premissa que a revolução burguesa na Europa foi possível pelas condições históricas de expansão ocidental marcada pelo saque, sequestro e assalto da América Latina e África, cuja colonização permitiu as bases materiais para a organização monopólica, defendemos que a integração latino-americana à ordem burguesa não se estabelece a partir do advento da economia centrada no trabalho livre na região, mas os ritmos de sua integração subordinada são estabelecidos desde a produção de um excedente econômico nas colônias que proporcionará o desenvolvimento das forças produtivas que revolucionam as relações sociais na Europa moderna.

As perspectivas iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, em meados do século XVIII, que se dissipam como vento na sociedade classista, não serão horizontes possíveis, nem como desejo, aos

territórios marcados pela coerção colonialista, cujas resistências não serão contidas por uma ordem jurídica regulatória, mas pelo extermínio de corpos, pela desterritorialização e apagamento de culturas. O conservadorismo moderno europeu que advogou uma face civilizatória do capital pela via das reformas burguesas, incluindo a defesa da democracia laica, coexiste e se alimenta ao longo do tempo, do padrão hegemônico dotado de traços fascizantes dos países de capitalismo dependente.

No caso brasileiro, mesmo com o advento da República e a transição para o trabalho assalariado, a laicidade de Estado, auspício do conservadorismo moderno, não se apresenta como possibilidade, dado a complexidade dos embricamentos da igreja nos negócios do Estado. A combinação entre arcaico e moderno é particular à forma de organização do capitalismo dependente dado as marcas da heteronomia cultural, da superexploração do trabalho e da divisão do excedente econômico (FERNANDES, 2009). O que na aparência é paradoxal, em essência revela um tipo particular de organização social cujos impactos desigualitários do capital se apresentam com intensidades e ritmos próprios aos interesses “de fora”.

O desafio que ora nos colocamos é pensar o que há de elemento novo no cenário de ascensão da extrema-direita à brasileira, com ênfase na contribuição do fundamentalismo cristão neste cenário, considerando a heteronomia cultural e econômica que é elemento estruturante das relações sociais, não só no Brasil, mas nos diversos países da América Latina. Especialmente, nos importa refletir como a extrema-direita de narrativa antissistema, mantém relações orgânicas com as oligarquias e com os neoliberais, ao passo que utiliza o comportamento de milícia para a construção do consenso, pela via do discurso cristão. No entanto, dado a movimentação política concreta, não podemos afirmar que a extrema-direita é hegemônica no Brasil, ainda que a eleição de Bolsonaro tenha retirado do anonimato uma militância de traços fascistóides e ultraneoliberal, o seu avanço converge com a manutenção das elites brasileiras que ao longo da história preservam e ampliam seus interesses,

associados aos interesses externos. Importa-nos, portanto, observar a força discursiva retórica antissistema da extrema direita que é funcional a manutenção do velho modo de organização da vida no Brasil. Não é hegemônica, mas é funcional, tendo como pilar importante o mercado da fé assentado no fundamentalismo religioso cristão ou cristofacismo como aponta o teólogo e professor Fabio Py (2020).

Algumas chaves conceituais precisam ser esclarecidas. Utilizamos o termo “fundamentalismo religioso” para nomear um conjunto de movimentações da realidade em torno de práticas e discursos cujo moralismo conservador está combinado com interesses econômicos de frações da nossa burguesia associada, constituindo a base justificativa do “cidadão de bem” e de seu comportamento social. Partimos da hipótese de que o fundamentalismo religioso de base cristã do tempo presente foi intensificado com a incorporação das teologias da prosperidade e do domínio no Brasil, teologias de influência norte-americana basilares da experiência de ascensão da extrema-direita imperialista.

No Brasil, como em outros países da América Latina, observamos a predominância dessas teologias na dinâmica da expansão neopentecostal que se tornou um paradigma não só para o *modus operandis* de diversas igrejas do campo evangélico, mesmo as de ondas expansivas anteriores, mas serve de base para justificar a organização de “modos de vida” num processo de neopentecostalização do modo de ser e agir das classes sociais que denominamos no artigo, produto das nossas pesquisas no interior do NUSSRADIR, de “cariz neopentecostal”. Portanto, quando nos referimos ao cariz neopentecostal, não falamos apenas das igrejas neopentecostais restritamente, mas pensamos essa caracterização para além dos limites institucionais das igrejas, ampliando o conceito para incorporar igrejas evangélicas tradicionais, pentecostais de ondas expansivas anteriores e até movimentos católicos conservadores que incorporam tendências inauguradas pelo espraio das teologias da prosperidade e da teologia do domínio no Brasil. Em síntese, tratamos do processo de neopentecostalização que guarda similitudes e confluências com as dinâmicas de fascistização da sociedade brasileira capitalista dependente.

## **Antecedentes históricos da expansão evangélica no Brasil**

Um traço persistente no padrão de dominação do capitalismo dependente é a influência da religião judaico-cristã, enquanto um aparato institucional, nas decisões do Estado e numa intensa produção cultural criadora de justificativas de modos de ser e agir. Desde as dinâmicas de expansão ocidental e colonialista, a Igreja Católica protagonizou as estratégias de aculturação dos povos originários e dos povos da diáspora africana na América Latina. A Igreja foi responsável por legitimar violências físicas e psíquicas aos “selvagens” não brancos na conquista dos territórios latino-americanos.

A perda de hegemonia da instituição católica romana no regime feudal europeu não enfraquece o seu poderio e instrumentalidade no contexto da conquista das Américas, particularmente da América Latina, cujas colonizações espanhola e portuguesa dependeram da Igreja para a constituição de um modo de vida onde a opressão fosse explicada pela vontade sobrenatural. Particularmente, com as mudanças históricas na Europa determinadas pela Reforma Protestante, pela afirmação da democracia burguesa, do Iluminismo e do advento do positivismo, a concepção judaico-cristã católica encontra nos processos de dominação colonial da América Latina as possibilidades de exercício da hegemonia sob novas bases.

Desde a incursão nas Américas no século XVI, a Europa já experimentava uma crise nos postulados católicos romanos pelo advento do movimento luterano que produziu uma série de transformações teológicas e doutrinárias que se convencionou chamar de Reforma Protestante. As condições históricas de esgarçamento do feudalismo, as expansões marítimas e a posterior revolução burguesa inauguraram um ethos distanciado da mediação compulsória da religiosidade católica na figura das autoridades eclesiásticas como únicas detentoras do poder de comunicação com o sagrado. A tônica da Reforma Protestante baseada na ruptura com as indulgências, penitências e confissões, pregava um

acesso imediato ao divino num processo de privatização da fé e da responsabilidade moral que se alinhou à ética individualista do capitalismo centrada na livre iniciativa e na preservação da propriedade privada.

À margem dos conflitos religiosos e econômicos entre os domínios católicos e protestantes na Europa, a América Latina protagonizou a influência cristã católica quase que exclusiva nos processos de aculturação das colônias, dado que a colonização da América Latina foi marcada pelo domínio da Igreja Católica Romana, a partir da conquista de espanhóis e portugueses na região. A chegada de expedições missionárias organizadas de base cristã protestante foi notada apenas na passagem do século XIX para o século XX. Antes desse período, as iniciativas de culto cristão protestante foram residuais e produto de iniciativas particulares<sup>1</sup>, advindas de movimentos de protestantes que, com a abertura dos portos no processo de distensão do período colonial, propiciou a imigração de estrangeiros de confessionalidade religiosa protestante.

A despeito de pontuais incursões de protestantes holandeses e franceses no Brasil colonial, foi somente a partir do século XIX que o protestantismo se difundiu de maneira lenta e gradual nos territórios nacionais por força de protestantes tradicionais<sup>2</sup> oriun-

---

<sup>1</sup> A historiadora Francisca Jaqueline Viração (2012), mestre em Ciências da Religião, sinaliza que a primeira igreja protestante do Brasil foi organizada por indígenas da comunidade Potiguara no primeiro quinquênio do século XVII, produto da ocupação holandesa no nordeste brasileiro. Os cultos organizados por lideranças potiguaras que foram para a Holanda e retornaram ao Brasil, foram mantidos mesmo depois da expulsão dos holandeses, sendo extintos devido a intensa perseguição portuguesa. Segundo dados da historiadora, o indígena Pedro Poti, uma das principais lideranças indígenas que apoiaram a ocupação holandesa na Guerra dos Guararapes, foi torturado até a morte, sendo forçado a negar a formação protestante. Tomando as análises de Marcus Meuwese, a autora indica as três funções da aldeia em colaboração com a colonização holandesa: o suporte para a extração do açúcar, a função militar e a constituição de um laboratório protestante.

<sup>2</sup> As igrejas pentecostais são assim denominadas pela centralidade teológica do “batismo do espírito santo” confirmado pela glossolalia. Assim como aconteceu no episódio retratado no livro Atos dos Apóstolos 2, do Novo Testamento da bíblia, na festa judaica de pentecostes os apóstolos de Jesus Cristo, movidos pela ação sobrenatural do espírito santo, começaram a falar em línguas estranhas e cada estrangeiro presente no evento

dos do exterior de movimentos protestantes de imigração e de missão, e, de maneira, mais acelerada a partir do último quartil do século XX em razão da difusão dos movimentos protestantes pentecostais (SENHORA; SANTOS; CRUZ, 2016, p. 138).

A ascensão protestante na América Latina, produto do evangelismo expansionista de missão, respondeu ao processo de busca pela hegemonia norte-americana na região no contexto de amadurecimento do capitalismo monopolista<sup>3</sup>. As disputas comerciais com a Europa e a afirmação imperialista norte-americana tiveram como braço importante as expedições missionárias do início do século XX, influenciadas pelo mote

---

ouvia os discursos em seus próprios idiomas, sendo este evento considerado como a descida do Espírito Santo. As igrejas tradicionais defendem o caráter episódico da glossolalia como uma estratégia divina de fazer o cristianismo conhecido, ao passo que os pentecostais acreditam na glossolalia como um dom permanente dado àqueles de fé genuína.

<sup>3</sup> As pioneiras igrejas norte-americanas de missão no Brasil foram as evangélicas tradicionais Presbiteriana, Metodista e Batista. Segundo informações extraídas das páginas oficiais das igrejas, as primeiras iniciativas de evangelização datam de meados do século XIX. A Igreja Presbiteriana do Brasil, que hoje apresenta diversas ramificações, cita o início da evangelização ministerial no Brasil com a chegada do reverendo norte-americano Ashbel Green Simonton, quem em 1859 desembarca no Rio de Janeiro com a missão de implantar a Igreja Presbiteriana, de origem calvinista. Conforme registro oficial na página da Igreja Metodista no Brasil, em 1867, a missão metodista do Sul dos Estados Unidos escolheu o missionário pastor capelão das tropas sulistas, Junius Estaham Newman, para iniciar o trabalho missionário na América Central ou Brasil como estratégia que demarcava a evangelização da América Latina. Como a junta missionária metodista estava falida devido a recessão econômica produto da derrota sulista na guerra de secessão, a permanência do missionário na cidade Santa Bárbara do Oeste, província de São Paulo, foi financiada por meios próprios, e sua pregação estava direcionada aos grupos de imigrantes americanos dos EUA de outras denominações protestantes, batistas e presbiterianos. Confirmando o relato dos metodistas, a Convenção Batista Brasileira, em sua página oficial, também registra que a primeira igreja batista do Brasil, criada em 1882 em Salvador, já contava com outras duas igrejas batistas formada por imigrantes norte-americanos. No entanto, a PIB do Brasil inaugurou o projeto de expansão da denominação no país, pois tinha como objetivo não só ser um espaço de acolhimento da fé de imigrantes estrangeiros, mas a evangelização local, ainda que a primeira igreja tenha sido formalizada, de maneira tímida, com 5 membros: um casal de missionários americanos, um casal de imigrantes norte-americanos já instalados em São Paulo e um ex-padre, reconhecido como o primeiro brasileiro convertido à fé evangélica batista. Somente no início do século XX é criada a Convenção Nacional dos Batistas brasileiros.

da Doutrina de Monroe “A América para os americanos” (MOREIRA, 2020). Curiosamente, como destaca Moreira (id. p.82), a chegada das missões protestantes na América Latina tivera como foco os “[...] povos não alcançados [...]” dos territórios indígenas, dado que muitas destas comunidades resistiram ao acultramento cristão, ao passo que ocupavam importantes reservas naturais.

Ainda que as missões de igrejas tradicionais norte-americanas sejam um marco importante, a expansão evangélica na América Latina é creditada à chegada de movimentos pentecostais em áreas urbanas, cuja expansão, atualmente, alcança os rincões do Brasil. Para Mariano (2014), o espraiamento do pentecostalismo no Brasil obedece a três ondas expansivas: a do pentecostalismo clássico, do deuteropentecostalismo e do neopentecostalismo.

O autor demarca a primeira onda do período, que vai de 1910 a 1950, com a criação da Congregação Cristã, em São Paulo (1910), e da Assembleia de Deus, em Belém (1911). As características da primeira onda eram o anticatolicismo, a glossolalia, o sectarismo e o ascetismo comportamental na vida social e pública. Perseguidos e discriminados, os pentecostais clássicos eram formados pelas frações mais empobrecidas da população brasileira e de menor nível de escolaridade.

A segunda onda expansiva, denominada por Mariano de deuteropentecostalismo, nasce de um movimento de evangelização de massa, utilizando a radiodifusão e as pregações públicas em grandes eventos por meio de estratégias de mobilização e divulgação, tendo o mote da cura divina como principal eixo de propagação de seus cultos. A expansão evangélica da segunda onda foi impulsionada pelas cruzadas evangélicas realizadas pelos missionários norte-americanos da Igreja Evangelho Quadrangular (em referência a quatro atributos de Jesus Cristo), emergindo, a partir da década de 1950, diversas outras igrejas pentecostais de mesmas características, dentre as quais o autor destaca as igrejas “Brasil para Cristo”, “Deus é Amor”, inauguradas em São Paulo, em 1955 e 1962, respectivamente, e a igreja “Casa da Benção”, criada em Belo Horizonte, em 1964.

Será na década de 1970 que alterações no campo do pentecostalismo brasileiro, marcado pelas duas ondas expansivas anteriores, configurarão sentidos de naturezas distintas que se tornaram paradigmas para a relação do campo evangélico com o tecido social brasileiro de forma a disseminar um modo de relação mais orgânica entre fé e política.

Mariano (2014) destaca que a expansão neopentecostal, ao incorporar a teologia da prosperidade oriunda do movimento evangélico de direita dos EUA, rompe completamente com o sectarismo pentecostal dando lugar a um comportamento acomodado a vida pública não religiosa. O autor destaca três características centrais do neopentecostalismo: 1) a busca do gozo material terreno como prova de espiritualidade, centrado no sacrifício das finanças como forma de desafiar Deus para o cumprimento de suas promessas, assentada na teologia da prosperidade; 2) a guerra espiritual contra as forças da maldade representadas pelas narrativas religiosas não-cristãs, com ênfase no combate às religiões de matriz africana e indígena no caso brasileiro; 3) a ruptura com o ascetismo e o sectarismo pela acomodação da cultura mundana, mediante a liberalização dos costumes rígidos, característicos da primeira onda expansiva do movimento pentecostal.

O neopentecostalismo ao romper com o sectarismo pentecostal, inaugura uma nova forma de condução do trabalho evangelístico, influenciado pelo avanço da teologia da prosperidade norte-americana, cujos adeptos apregoam que o crente tem direitos a reivindicação à Deus do acesso a bens materiais e a uma vida saudável, pela fé e pelo sacrifício de seus recursos financeiros em prol da obra divina na terra. Para além das estratégias empresariais de expansão dos templos, os neopentecostais investiram no televangelismo e nas demais iniciativas de comunicação para alcance em larga escala de fiéis e de investidores nos projetos da fé.

Ademais, os neopentecostais defendem o ativismo político como forma de promoção de uma cultura religiosa unitária que preserve interesses privados. Distintamente dos pentecostais clássicos, admitem, sem resistências, uma maior participação do crente na vida pública,

compreendendo que os interesses individuais de gozo de uma vida próspera precisam ser testemunhos aos infiéis da aliança com Deus. Neste percurso, a participação política e econômica no cenário nacional de grupos neopentecostais atende as necessidades que superam a evangelização estrita, mas obedecem a interesses corporativos diversos ainda que as justificativas de acesso às instâncias do poder legislativo, executivo e judiciário sejam pela via da defesa da moral cristã.

Como resultado desse fenômeno, a narrativa católica que conformou as constituições federais, a presença de símbolos cristãos às repartições públicas, que determinou as datas festivas católicas como feriados nacionais, somados a outros exemplos ilustrativos de sua hegemonia no âmbito da cultura popular, até os marcos das lutas sociais no contexto da ditadura civil militar brasileira, após o golpe de 1964, teve sua oficialidade preservada sem grandes resistências, ainda que coexistindo com a ampliação dos processos de evangelização cristã de base protestante. As resistências de outras narrativas de religião e religiosidades, dado a dominação de base colonial, violenta em muitos momentos de nossa história, influenciou formas de resistência pela incorporação dos ícones católicos aos ritos de matriz africana e indígena (OLIVEIRA, 2018). A relação amalgamada de tradições religiosas distintas marcou a base do que configurou o sincretismo religioso brasileiro, contraditoriamente, um movimento de branqueamento característico da hegemonia católica, ao passo que também uma forma de preservação da memória de culturas que resistiram às dinâmicas de silenciamento e apagamento de suas formas de viver.

No contexto das lutas sociais de resistência à ditadura civil militar, as dissidências de segmentos católicos na reinterpretação da fé cristã pelo alinhamento às reivindicações por terra, por moradia, por educação, pela saúde, especialmente, pelo reconhecimento das demandas das frações mais empobrecidas da população brasileira, culminarão no movimento da teologia da libertação, cujos pressupostos estavam orientados pelas reformas de base, ainda que sob a ordem do capital.

A estratégia da educação popular nos movimentos de resistência do campo e da cidade representavam ameaças ao governo autocrático e minavam as bases do conservadorismo católico. A perseguição das autoridades católicas aos padres e demais leigos filiados à teologia da libertação enfraqueceu o trabalho de forte apelo popular e com raízes importantes de formação política no campo progressista em territórios periféricos, abrindo um flanco de maior participação evangélica no campo e na cidade com predominância das igrejas pentecostais e neopentecostais (PLEYERS, 2020). A reação católica aos líderes da teologia da libertação também impulsionou a organização dos segmentos mais conservadores da igreja católica brasileira, especialmente, aqueles que deram origem à renovação carismática, movimento presente nos EUA desde a década de 1960 (PIERUCCI; PRANDI, 1995), que em muito se afiniza com o neopentecostalismo.

A ausência de políticas estruturais e de base abriu a possibilidade da ascensão de igrejas protestantes<sup>4</sup> como espaços de construção de laços de vizinhança e pertencimento. Somadas às mudanças teológicas e comportamentais das igrejas evangélicas nas últimas décadas do século XX no Brasil, há uma confluência de elementos que atestam a importância deste segmento polissêmico e diverso que é o campo evangélico na dinâmica política e econômica. Como já apontava Mariano (1996) na década de 1990, o paradigma da expansão neopentecostal tende a se espalhar pelo seio evangélico para além dos limites das igrejas,

---

<sup>4</sup> Durante o capítulo vamos nos referir ao termo protestante e evangélico como definições sinônimas que agregam os segmentos cristãos não católicos que mantêm características teológicas comuns contrapondo-se à adoração a santos, ao uso de imagens nos ritos de culto, dentre outras características próprias ao cristianismo de base católico-romano. No entanto, observamos que o termo “protestante” perdeu força usual, visto que carregado de sentido contestatário, foi pacificado pela definição de “evangélico” que melhor demarca o comportamento conservador do movimento cristão no Brasil, ainda que, sendo um campo polissêmico, guarde diferenças entre suas denominações, incluindo àquelas de caráter mais progressista e crítico. Ademais, o protestantismo clássico, inspirado na Reforma Protestante, defendia a separação entre Estado e Igreja, que não configura o mote do movimento evangélico contemporâneo.

que a despeito de diferenças teológicas pregressas, tendem a incorporar o comportamento assentado pelas teologias da prosperidade e do domínio.

O que na atualidade observamos como uma importante influência da narrativa neopentecostal como discurso político, associada a uma base de interesses econômicos de pastores que representam diversos ramos empresariais, com destaque o campo das telecomunicações, é produto de décadas de investimento num projeto cujos tentáculos de atuação miraram os espaços de participação representativa no âmbito do legislativo, do executivo e, na contemporaneidade, com avanços importantes no campo do poder judiciário.

Da mudança de paradigma do “crente não se mete em política” para o “cristão vota em cristão”, a demonização dos adversários políticos (VILLASENOR, 2010) utilizada pelos evangélicos fundamentalistas, especialmente os adversários do campo da esquerda, é um importante recurso que visa moralizar as escolhas políticas por uma narrativa de fácil adesão entre os religiosos cristãos centrada na perspectiva dual do “bem” e do “mal”. Um recurso que não é inaugural, visto que é uma reatualização da “ameaça comunista” como raiz de todos os males nos discursos políticos de fundamentalistas cristãos, católicos e evangélicos, em diferentes momentos de institucionalização das repúblicas latino-americanas capitalistas dependentes.

No entanto, concordamos com Poggi que ainda que fundamentemos nossas análises considerando a historicidade dos fenômenos, enquanto lentes de compreensão de permanências persistentes, “[...] o presente não é uma reencarnação do passado [...]” (POGGI, 2019, p. 70), o que demanda observar as elaborações do presente na atualização do fundamentalismo cristão com as características próprias dos traços fascizantes de nosso tempo. Consideramos que hoje, a narrativa evangélica fundamentalista de cariz neopentecostal é um braço importante da extrema-direita bolsonarista, constituindo uma das bases de sustentação das formas de governar em busca da hegemonia.

## **O protagonismo do campo evangélico na política**

A presença mais orgânica de evangélicos na cena pública partidária e legislativa, enquanto coletivo, é observada por Pierucci (PIERUCCI; PRANDI, 1996) no movimento constituinte do final da década de 1980. Segundo os autores, neste período já era possível reconhecer trinta e três parlamentares que se autodenominavam evangélicos, um elemento novo na política nacional. A partir deste marco, os evangélicos no parlamento passaram a ser “[...] visíveis, mensuráveis e vocais [...]” (Ib., id, p. 164). Deste universo, Pierucci localiza apenas sete parlamentares comprometidos com pautas progressistas de enfrentamento das desigualdades de classe. Os demais parlamentares se localizavam na defesa do conservadorismo moral e econômico, cujas bases de apoio social eram representadas pelas camadas mais populares, manifestando uma tendência, recente à época, de um tipo de ativismo político-religioso conservador pela emergência de protestantes fundamentalistas que seguem um “[...] modelo de proselitismo muito bem sucedido entre as camadas mais pobres da população brasileira, em todo território nacional.” (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 165).

A atuação da bancada evangélica no processo de redemocratização brasileira que culminou na participação mais orgânica na Constituição de 1988, também teve protagonismo na primeira eleição direta para presidente após os anos de ditadura civil-militar. Aqui com destaque a participação ativa de grupos reconhecidos como pentecostais e neopentecostais na eleição de Fernando Collor de Melo (PIERUCCI; PRANDI, 1996). Assim, em todos os pleitos eleitorais para a presidência, a participação pragmática das elites evangélicas, particularmente as de cariz neopentecostal, constituíram-se importantes apoios aos eleitos. O que não contradiz o crescimento da bancada pela constituição da Frente Parlamentar Evangélica nos marcos dos governos petistas, dado que o movimento da FPE aliou as pautas da “esquerda para o capital”, nos termos de Neves (2010), nos limites do conservadorismo moral e político-econômico.

A constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica é ilustrativa da institucionalização de um modo próprio de representação das bandeiras cristãs no tecido social brasileiro, mas que refletem em instância mais ampliada a movimentação à direita destes segmentos no parlamento. A atuação da FPE, apesar de não homogênea, apresenta consensos no campo da direita, especialmente, pela aliança com as bancadas conservadoras da “bala” e do “boi”.

Para compreendermos melhor a composição da FPE no parlamento, devemos considerar que para atingir o disposto no regulamento (Ato da Mesa nº 69/2005) que institucionaliza a criação de frentes parlamentares no Congresso Nacional, é necessário reunir assinaturas de no mínimo um terço de representantes suprapartidários do Poder Legislativo Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005). Portanto, alguns de seus representantes não guardam de fato uma articulação política ativa na frente, sendo incluídos em negociações para apoio a criação de outras frentes parlamentares, algumas, inclusive, de outras bancadas religiosas. O uso do recurso do nome “Frente Evangélica” em vez de “Bancada evangélica” dá sentido de amplitude e atende as exigências regimentais da Câmara (ABREU; CUNHA, 2022, n.p).

Segundo dados da plataforma “Religião e Poder do Instituto de Estudos da Religião” (ISER), na atual 56ª legislatura, a FPE obteve 203 assinaturas, sendo 195 deputados federais e 8 senadores sob a presidência do deputado Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM), deputado de confissão evangélica da Igreja Assembleia de Deus, ligado ao famoso pastor bolsonarista Silas Malafaia. Dos 203 parlamentares, somente 91 professam a fé evangélica, sendo 66 filiados a igrejas pentecostais e neopentecostais. O que significa dizer que apesar de parecer uma bancada ampla que representa os interesses dos evangélicos de diferentes denominações, mais da metade dos congressistas não fazem parte do ativismo político-religioso evangélico. Deste universo formado pela bancada evangélica da FPE, apenas três se localizam em partidos cujas votações no congresso tendem mais próximas ao campo

da esquerda, sendo representadas pelas deputadas Rejane Dias e Benedita da Silva do PT e pelo deputado Alex Santana do PDT. Os demais deputados e senadores de confissão evangélica, maioria pentecostal e neopentecostal, representam partidos conservadores do campo da direita, confirmando a tendência do voto evangélico no Brasil. Para Costa (2020, p. 229),

[...] a Bancada Evangélica seria uma espécie de Estado-Maior que organiza os setores evangélicos conservadores em torno de suas pautas específicas, enquanto a FPE seria a mediação em relação aos outros setores conservadores da política nacional junto a rurais, militares, empresários, neoliberais, católicos, entre outros [...].

As pesquisadoras e pesquisadores do ISER que acompanham a movimentação de grupos religiosos nas disputas dos poderes, legislativo, executivo e judiciário, com especial destaque à participação evangélica dado a primazia deste segmento no contexto da atual gestão presidencial, indicam uma série de tensões no interior da bancada nesta legislatura cujo mote é a concorrência da centralidade de frações no interior da bancada evangélica da FPE e seu alinhamento na reeleição de Bolsonaro (ABREU; CUNHA, 2022).

No âmbito do legislativo, o confessionalismo evangélico é ruidoso e produto de uma articulação mais orgânica, desde o fim da década de 1980. No campo do poder executivo, a ocupação evangélica é mais recente, tendo maior expressividade a partir do governo Bolsonaro. Um marco importante do avanço da principal igreja evangélica neopentecostal, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no âmbito do poder executivo foi a filiação, em 2005, ao Partido Republicanos (antigo PMR) do então vice-presidente da gestão Lula, José de Alencar, partido cuja base de apoio e articulação é a IURD. Na ocasião, a saída do vice-presidente do PL, partido envolvido nos escândalos do mensalão na primeira gestão do presidente Lula, aventou a possibilidade de uma

aliança frutífera ao processo de reeleição do ex-presidente, inaugurando uma relação estreita da IURD com os governos petistas.

Segundo Cunha (2021), no governo Dilma, a participação evangélica nos cargos executivos federais se ampliou com a presença de figuras da Igreja Universal do Reino de Deus no Ministério da Pesca, assumido pelo bispo Marcelo Crivella, e do Esporte, ministro George Hilton, seguindo também no governo Temer com a presença do bispo Marco Pereira da IURD no Ministério da Indústria e do Comércio e do pastor da Assembleia de Deus, Ronaldo Nogueira de Oliveira, no Ministério do Trabalho. Nas gestões petistas, as relações com o ativismo político evangélico, especialmente com a IURD, foram estreitas até quando foram convenientes, sofrendo ruptura na dinâmica que culminou no impedimento da presidente Dilma, num contexto de tensões geradas com a bancada evangélica desde que o PT rejeitou votar contra absolvição do parlamentar de base evangélica Eduardo Cunha, então presidente da Câmara.

Apesar da presença evangélica no executivo não ser inaugural, o diálogo de Bolsonaro com o segmento polissêmico evangélico tem espectro mais amplo, dado que para além do apoio majoritário da bancada evangélica, de maioria pentecostal e neopentecostal, houve a ocupação de ministérios estratégicos com personagens filiados a igrejas evangélicas de confessionalidade tradicional.

Logo no primeiro bloco de nomeações ministeriais, a pastora Damares Alves, inicialmente da Igreja do Evangelho Quadrangular, e, depois, da Igreja Batista da Lagoinha, ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano, da Igreja Evangélica Luterana no Brasil, Onyx Lorenzoni, e o Ministério do Turismo era conduzido pelo membro da Igreja Maranata Marcelo Álvaro Antônio. O ministro da Advocacia Geral da União era o pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil André Luiz Mendonça e o ministro-chefe da Secretaria de Governo era o general Luiz Eduardo Ramos, membro da Igreja Batista. Eram cinco evangélicos nomeados para o primeiro escalão do governo federal, com a ocupação de ministérios importantes como Casa Civil, Secretaria de Governo e

o ideológico Ministério de Direitos Humanos que passa a incluir o tema da Família (CUNHA, 2021, n.p).

A despeito das danças das cadeiras nos ministérios nestes quase quatro anos de gestão presidencial, os indicados ao primeiro escalão de origem evangélica, permanecem no governo, à exceção do ministro do Turismo indiciado pela polícia federal por crimes eleitorais, e também do ex-ministro da justiça e ex-chefe da AGU, André Fernandes, que ocupa hoje o Supremo Tribunal Federal, representando como prometido por Bolsonaro, a indicação de um evangélico para a mais alta corte do país. Após a queda de três ministros, sendo o terceiro sequer empossado, o pastor presbiteriano Milton Ribeiro assume o ministério da Educação em 16 de julho de 2020, sendo recentemente envolvido em denúncias que revelam as relações espúrias com pastores evangélicos no uso de verbas do Fundo Nacional de Educação, provocando o seu afastamento em 28 de março de 2022. Com a criação do Ministério das Comunicações, o deputado da Igreja Batista Fábio Faria se soma ao segmento cristão evangélico no alto escalão do governo, assumindo um ministério importante para as corporações evangélicas e católicas que possuem fatia significativa do mercado de telecomunicações.

A nomeação *per se* de pessoas vinculadas a um campo religioso a cargos públicos e eletivos não é uma questão relevante, se essa representação não venha crivada de uma composição orgânica, de uma pseudodemocracia forjada para atender interesses particularistas calcados num conservadorismo moral e econômico. No governo Bolsonaro, a ascensão dos segmentos evangélicos responde a um movimento mais geral de intensificação das bases de apoio cristão fundamentalista que também incorpora católicos conservadores. As referências mais ilustrativas são apontadas pela pesquisadora do ISER, Magali Cunha, assentadas no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos da ministra Damare Alves, que atualmente deixou o cargo para uma provável disputa ao senado, e o Ministério da Educação, atualmente ocupado interinamente Victor Godoy, após a saída de Milton Ribeiro.

Cunha (2021) aponta que o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos é ocupado em cargos estratégicos por figuras de militância do campo conservador na defesa da família nuclear e heteronormativa, no campo do antifeminismo, contra a descriminalização do aborto, da educação restrita à esfera privada familiar (homeschooling), pautas estas que, pela via institucional, desconstruem os avanços no campo dos direitos humanos que representam, no cenário das contrarreformas do capitalismo dependente contemporâneo, importantes conquistas de emancipação política e de enfrentamento às opressões.

No caso do Ministério da Educação, mesmo não experimentando uma construção sólida e linear como o ministério da Damares Alves, dado as inúmeras tensões e escândalos em que os ministros estiveram envolvidos, apresenta a predominância de uma das alas mais ideológicas do governo. Na última gestão, do pastor Milton Ribeiro, a verve ideológica esteve associada mais organicamente com os interesses de grupos privados ligados ao campo evangélico.

Ainda que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e o Ministério da Educação tenham sido ocupados por personagens do campo cristão conservador e pela disseminação ideológica da extrema direita brasileira, as alterações no interior dos ministérios de cunho fundamentalista também podem ser observadas em outras gestões ministeriais, como é o caso do Ministério da Saúde. O irracionalismo do presidente que orientou a gestão pandêmica do Ministério da Saúde, teve apoio de expressivos segmentos evangélicos de cariz neopentecostal que utilizaram as mídias eletrônicas para campanhas de “cura milagrosa” da Covid e para endossar os discursos do presidente contrários à vacinação em massa e às medidas de isolamento social.

Nas dinâmicas de representação evangélica no campo do judiciário, antes da indicação do atual ministro substituto do STF, o pastor presbiteriano André Mendonça, desde 2012, um importante aparelho privado de hegemonia, nos termos de Gramsci, a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, a ANAJURE, ocupa gradativamente espaço nas disputas pela hegemonia cristã nesse campo. A Associação tem pautado

suas atuações fundamentadas em uma declaração de princípios que expressa o reconhecimento da Bíblia como regra de fé e conduta, a vinculação e subordinação a uma igreja, a defesa da fé cristã, a liberdade religiosa e de expressão e o auxílio à igreja cristã na proclamação do evangelho no Brasil e no mundo.

Interessa, especialmente, à ANAJURE a conservação das pautas cristãs conservadoras antiaborto, do modelo heteronormativo como orientação do conceito de família e a preservação dos discursos homofóbicos, transfóbicos e de ódio às religiões de matriz africana e indígena como formas de assegurar a liberdade de expressão religiosa. Para isso, a Associação busca o assento nos espaços de representação interna de órgãos do judiciário, na articulação política com o Executivo e o poder Legislativo e em instâncias de representação internacional. Personagens do campo do judiciário como o atual procurador da República Augusto Aras (católico), o ministro do STF André Mendonça (evangélico), e do executivo, como o caso do ex-ministro da educação, o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, alçaram as nomeações aos cargos como resultado da articulação política direta da ANAJURE (EVANGELISTA; REIS, 2021).

Importa-nos observar como as movimentações políticas no campo dos poderes de nossa república respondem às dinâmicas mais gerais dos comportamentos das massas, considerando a presença cristã conservadora nos processos de legitimação dos traços fascistizantes presentes na atual conjuntura brasileira.

## **A base social da extrema-direita bolsonarista e os traços fascistóides do fundamentalismo cristão de cariz neopentecostal**

Há um certo consenso nas pesquisas no campo da tradição marxista contemporânea que aponta a ascensão da extrema direita nos países de capitalismo central como produto da crise pós-2008 e os limites obje-

tivos de construção de saídas à esquerda de forma organizada e coletiva, “[...] forjando um sentimento radical de ceticismo das massas [...]” (COSTA, 2020, p. 230). Ainda que concordemos ser o fortalecimento das radicalizações de traços fascistas uma tendência globalizada, nos importa pensar como isso se expressa no contexto brasileiro, dado a característica do padrão de dominação colonial não superado, ainda que sob novas bases de relações sociais. O tom inaugural dado ao tema carece de particularização dado o cheiro de mofo que os fenômenos alardeados como “neos” não apresentem, de fato, elementos inaugurais na sociedade brasileira de capitalismo dependente.

O bolsonarismo como forma de dominação emerge e se alimenta dessa tendência de força das extremas direitas, especialmente da experiência do trumpismo nos EUA. No entanto, é falso observar o fator heteronômico dessa relação sem considerar as distinções dos terrenos onde bolsonarismo e trumpismo se localizam. Se de fato há uma base social e econômica que apresenta confluência ideológica nos dois movimentos, especialmente as que representam a militarização da vida, o fundamentalismo cristão, o terror a ruptura do padrão heteronormativo e branco, o irracionalismo e a anti-institucionalidade no trato da preservação dos interesses privados, por outro, as raízes destes movimentos e as respostas antagônicas, ou nos limites da ordem burguesa, no mínimo adversárias, são distintas em solos imperialistas das respostas em solo de dependência cultural e econômica.

A diferença central pode ser sintetizada na dimensão do nacionalismo imperialista para o discurso patriota da extrema direita brasileira. A ode ao imperialismo norte-americano explica, dentre múltiplas determinações, a derrocada de Trump e das bases republicanas que o apoiaram nas últimas eleições presidenciais. A invasão do capitólio, após o resultado das eleições e o abandono dos republicanos ao trumpismo é um exemplo material desse nacionalismo que se apresenta como a experiência liberal-democrata modelo para o mundo.

A intolerância à barbárie como expressão de escolhas econômicas e políticas autofágicas, que sacrificam seus próprios cidadãos

em nome da preservação econômica, como o caso da experiência trumpista no período pandêmico, responde a esse nacionalismo heroico da subjetividade norte-americana. Aliados à recessão econômica e à crise sanitária, as imagens de nova iorquinos sendo enterrados em valas comuns propagada em escala internacional, ao passo que Trump chegou a sugerir o uso de desinfetante em humanos para tratar a Covid-19, em meio a chegada dos EUA como epicentro da expansão do coronavírus no mundo, foram fatores de esgarçamento do trumpismo como forma de exercício da hegemonia.

À vista do que ocorreu com a ascensão presidencial de Joe Biden nos EUA, algumas análises mais apressadas indicaram que o bolsonarismo é um movimento datado e com ares de finitude no Brasil. No entanto, tais análises não consideram os impactos locais dos efeitos genocidas em um território acostumado com a autofagia como política, ou utilizando a referência refinada do filósofo Achile Mbembe (2018), a necropolítica como prática usual e banal.

Se há um elemento síntese comum na experiência do trumpismo e na ascensão bolsonarista é sua verve fascistizante. Para Melo (2020), ainda que se observe características fascistizantes na narrativa trumpista, a ausência de um projeto de suspensão da democracia representativa com o apoio da institucionalidade militar e paramilitar, como é o caso da aliança com as milícias no Brasil, afasta a figura de Jair Bolsonaro como réplica de um Trump tropical.

No caso brasileiro, os traços fascistóides estão presentes como fenômenos típicos do totalitarismo da classe burguesa associada. Florestan (2015) analisou que a atenção dada ao fascismo como fenômeno de significado e de alcance histórico circunscrito, negligenciou formas de exercício fascista de menor apuro ideológico, de menor alcance em escala de propaganda e de organização de massa, mas que mantêm o elemento universal de monopólio político-econômico de classe, via Estado, e de exercício totalitário. Para Florestan (2015, p. 35),

O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e “a quente” ou “a frio”) em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1º) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder), ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra a “revolução dentro da ordem”; 2º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários - portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália).

O recurso do totalitarismo de classe é utilizado com maior ou menor intensidade no movimento conjuntural da América Latina em seu desenvolvimento histórico de constituição das suas repúblicas, dialeticamente, suprimindo a democracia burguesa para manter a reprodução típica das elites dominantes burguesas associadas. Apesar das similitudes com o transformismo da revolução passiva analisada por Gramsci na Itália, cuja reação da burguesia é a contrarrevolução marcada pela associação das burguesias com as aristocracias locais, deflagrando a emergência do fascismo como alternativa histórica (BRAGA, 1996), a experiência colonial na conformação do capitalismo dependente na América Latina apresenta especificidades. Para Fernandes (2015), na América Latina, a fascistização sem fascismo, considerando suas características históricas europeias, é ainda mais perigosa, visto que ela bloqueia as possibilidades democráticas mesmo em períodos que a violência coercitiva às resistências pela via militarizada não está presente. Nesta perspectiva, a fascistização tem como função política a contrarrevolução permanente por qualquer estratégia viável.

Para tratar das particularidades do advento de traços fascizantes em solo brasileiro, aqui nos importa destacar a “[...] abolição dos privilégios eclesiásticos [...]” (BRAGA, 1996, p. 170) no transformismo à

ordem burguesa italiana, por exemplo, e o seu contrário, pela manutenção do poderio das corporações católicas nos negócios do estado na América Latina, mais recentemente, dos grupos empresariais de cariz neopentecostal, como no caso do Brasil.

Ao tratar da experiência brasileira, tendo como eixo o sustentáculo cristão do bolsonarismo, Fábio Py (2020) dialoga com a teóloga alemã Dorothee Solle que cunha o termo “crístofacismo” nos estudos sobre as alianças de cristãos, católicos e evangélicos, com o fascismo alemão<sup>5</sup>.

Hitler utilizava jargões cristãos como chaves de seus discursos tais como o próprio “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8,32), e “criou Deus, o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher criou” - para defender a família tradicional cristã alemã (Solle, 1970). Hitler também fez conferências em reuniões cristãs (luteranas, católicas e confessantes), relacionou-se com pastores e padres - entre os luteranos se destacam os pastores Walter Hoff, Rudolf Kittel, Prospert Ernst Szymanowski, que criaram o que o regime imperial chamava de “cristianismo positivo” (PY, 2020, n.p).

O autor, que mais recentemente utiliza a categoria neofascismo para localizar os aparelhos ideológicos privados de hegemonia de base bolsonarista, ao particularizar o fenômeno denomina os traços fascisti-

---

<sup>5</sup> David Kertzer, antropólogo norte-americano que estuda a relação entre a política e a religião na Itália, em trecho do livro *O Papa e Mussolini*, publicado pela Revista Piauí, revela que a relação do Papa Pio XI com a ascensão do nazi-facismo alemão estava assentada no pragmatismo católico para preservação de seus interesses no país, por via de uma negociação, acordo este que foi unilateralmente desrespeitado por Hitler, levando às críticas do Papa ao regime, porém de modo consciencioso. No entanto, a despeito dos embates com o nazismo protagonizados pelo partido de Centro na Alemanha, de ideologia católica, havia uma enorme produção de propaganda católica anti-comunista no país que atribuía e disseminava o caráter semita do comunismo, sendo um forte aliado do regime nazista na justificativa de perseguição aos judeus. O autor destaca o protagonismo da revista *La Civiltà Cattolica*, de origem jesuíta, como agente de divulgação de uma suposta conspiração judaica e a defesa de práticas anti-semitas para barrar a ameaça comunista na região. Para Kertzer, o alinhamento de bases católicas ao nazi-facismo não é estranho devido à capilaridade da disseminação da conspiração católica entre os religiosos. Disponível em: [www.piauí.folha.uol.br](http://www.piauí.folha.uol.br). Acesso em: 13 maio 2022.

zantes do comportamento cristão conservador como cristofascismo à brasileira - “[...] uma teologia do poder autoritário de traços fascistas no Sul [...]” (PY, 2020, n.p). Enquanto uma teologia do poder autoritário, o bolsonarismo se apoia na religiosidade cristã na defesa da família como mote de eliminação de qualquer posição adversária aos interesses da extrema direita e do padrão moral defendido pelas bases religiosas.

A partir da simplificação como recurso, o proselitismo religioso e político é um artifício de fácil disseminação a partir da identificação de um algoz poderoso, mistificado pela noção demoníaca e ameaçadora da ordem. Qualquer crítica ou resistência ao bolsonarismo é percebida como ação da “maldade comunista”, não importa a filiação partidária, o projeto político-ideológico de origem ou até as dissidências dentro do próprio caldo da extrema-direita, se é contra é comunista, ou seja, diabólico.

O pilar cristão fundamentalista do facismo à brasileira tem na eleição de Bolsonaro a elucidação da forma de governar bolsonarista, que em nossa avaliação, supera a própria figura do ex-capitão do Exército, mas “[...] reúne uma miríade de correntes, catalisando uma série de grupúsculos de extrema direita [...]” (MELO, 2020, p. 14). Demian Melo, ao defender o bolsonarismo como fascismo recupera a análise de Paxton na definição de nove paixões mobilizadoras que encontram um ambiente propício para um fenômeno de massa, são elas:

[...] 1) “o sentimento de uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais”; 2) “a primazia de um grupo, com relação ao qual as pessoas têm deveres superiores a quaisquer direitos, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esse grupo”; 3) “a crença de que o próprio grupo é uma vítima, sentimento esse que serve como justificativa para qualquer ação, sem limites legais ou morais, contra seus inimigos, tanto externos quanto internos”; 4) “o pavor da decadência do grupo sob os efeitos corrosivos do liberalismo individualista, do conflito de classes e das influências alienígenas”; 5) “a necessidade da maior integração de uma comunidade mais pura, por meio do consentimento, se possível, ou da violência excludente, se necessá-

rio”; 6) “a necessidade da autoridade dos líderes naturais (sempre do sexo masculino), culminando num chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo”; 7) “a superioridade dos instintos desse líder sobre a razão abstrata e universal”; 8) “a beleza da violência e a eficácia da vontade, quando voltadas para o êxito do grupo”; 9) e “o direito do povo eleito de dominar os demais sem limitações de qualquer natureza, sejam elas impostas por leis humanas ou divinas, esse direito sendo determinado pelo critério único do grupo no interior de uma luta darwiniana” (MELO, 2020, p. 18).

As paixões mobilizadoras de Paxton estão presentes nos discursos inflamados de lideranças católicas e evangélicas, de cariz neopentecostal, aderentes à extrema-direita brasileira, rapidamente disseminados pelas milícias digitais cristãs que propagam de forma “viral” conteúdos de traços fascistóides, agregando a unicidade da linguagem política da direita cristã para além dos púlpitos das igrejas. Partimos da hipótese, portanto, que o fundamentalismo cristão oferece o ambiente propício para disseminação dos traços fascistóides da extrema direita bolsonarista, enquanto um fenômeno de massa. O braço armado e (anti)institucional do bolsonarismo, apesar do uso da força, não teria a capilaridade de adesão popular que o campo religioso cristão oferece, dados suas relações de identidade e pertencimento que as comunidades de fé geram, especialmente, porém não exclusivamente, em territórios periféricos no campo e nas áreas urbanas.

## Últimas considerações

Algumas questões se colocam às vésperas da campanha presidencial com o término da gestão de Jair Messias Bolsonaro. O bolsonarismo, que tem sustentáculo no fundamentalismo cristão, será uma onda longa? Qual o impacto para as lutas sociais de mais anos dessa narrativa na ocupação do Executivo que se aventa como possibilidade, ainda que reduzida, nas próximas eleições presidenciais? Quais serão os legados dessa conjuntura como caminhos de difícil retorno para as

resistências dos “de baixo”? As respostas às tais perguntas cabem ao movimento da história, ainda que as pistas brevemente desenhadas nas linhas desse artigo nos apontem cenários adversos e regressivos.

Aqui destacamos dois exemplos dos movimentos de resistência que se apresentam no próprio campo evangélico, sendo como já afirmamos, um campo polissêmico. O primeiro surge de uma esquerda cristã que se coloca antagônica às premissas da participação evangélica no campo do bolsonarismo, representada pelo movimento Frente Evangélica pelo Estado de Direito. O segundo exemplo vem de uma expressão não organizada, mas que carece de maior atenção, pois pode ser o germe da perda da influência bolsonarista no seio evangélico, que são as dissidências do segmento feminino no eleitorado de Bolsonaro tal qual apresentada em recente matéria assinada pela agência de jornalismo BBC. Intitulada “Como pensam evangélicas, que podem definir o voto para presidente”, a matéria traz relatos de mulheres negras cristãs evangélicas, predominantemente de igrejas neopentecostais situadas em áreas periféricas, que a partir da defesa da “família” como tema de preocupação confiaram o voto em Bolsonaro em 2018 e agora, divergem quanto a escolha do ex-capitão nas próximas eleições. Particularmente, as mulheres que se arrependem do voto e devem optar pelo ex-presidente Lula nas eleições, sinalizam que a família cristã está ameaçada no governo Bolsonaro, pois sendo esta, em sua maioria, representada pelas classes populares no Brasil, sofrem com os efeitos da política macroeconômica ultraneoliberal agravados pela gestão pandêmica de traços genocidas.

A presença da primeira-dama e da atual ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em rede nacional no dia das mães é uma clara estratégia de atração do eleitorado feminino, obviamente, não o eleitorado simpatizante do feminismo ou feminista organizado. Não será o discurso do papel da mulher na família o motivo que atrairá as sensibilidades das mulheres deste campo. A ação parte das iniciativas de convencimento do eleitorado feminino cristão que se coloca resistente e dissidente ao bolsonarismo no contexto da crise econômica e sanitária, especialmente, as mulheres que são usuárias dos

serviços públicos de assistência social e saúde, mais demandados durante a pandemia.

Novos estudos ainda precisam amadurecer o real impacto das resistências no seio cristão conservador aos traços de fascistização do governo Bolsonaro. Ademais, a história revelará a intensidade das forças dos movimentos antagônicos ao bolsonarismo, enquanto um fenômeno de disputa ideológica, que afirma e conserva os elementos estruturantes do totalitarismo de classe das burguesias associadas do capitalismo dependente brasileiro.

## Referências

ABREU, G.; CUNHA, M. Frente Parlamentar Evangélica reconfigura liderança para 2022. Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER.

**Plataforma Religião e Política**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2022, s/p. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRAGA, R. Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização. In: DIAS, E. *et. al.* **O outro Gramsci**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996. p. 167-182.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa Nº 69. In: **Diário da Câmara dos Deputados**, Suplemento B, 11/11/2005, p. 8-9, Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CHAUÍ, M. **Brasil: o mito fundador e a sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, R. O manifesto à nação: o projeto neofascista da frente parlamentar evangélica para o Brasil. REBUÁ, E. *et. al.* (org.). **(Neo)facismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020 (E-book). p.227-257. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/neofacismos>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CUNHA, M. O protagonismo evangélico no poder executivo. Partes 1 e 2. Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER. **Plataforma Religi-**

**ão e Política**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2021, s/p. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DOMBROWSKI, O. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 223-234, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 02 abr. 2022.

EVANGELISTA, A. C.; REIS, L. **Neoconservadorismo, família, moral e religião nos primeiros anos do governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro, Heinrich Boll Stiftung, 10 abr. 2021, s/p. Disponível em: <https://br.boell.org/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, 44, São Paulo, março de 1996, p. 24 - 44. Disponível em: <https://novosestudos.com.br>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N° 1 Edições, 2018.

MELO, D. O bolsonarismo como o fascismo do século XXI. *In*: REBUÁ, E. *et. al.* (org.). **(Neo)facismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. p. 12-46. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/neofacismos>. Acesso em: 2 abr. 2022.

MOREIRA, D. D. S. As missões protestantes na América Latina e seu ideário político. *In*: PURIFICAÇÃO, M. M.; PEREIRA, V. A; CARVALHO, S. de. **Teologia e Ciência da Religião: Agenda para discussão 2**. p.77-89. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3623>. Acesso em: 02 abr. 2020.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, S. M. G. **Serviço Social, religiosidade e defesa da laicidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21173>. Acesso em: 31 mar. 2022.

NEVES, M. L. W. (org). **Direita para o social e esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã, 2020.

PIERUCCI, F.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

PIERUCCI, F.; PRANDI, R. Religião e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**. Campinas, vol. III, no 1, Maio, 1995, p.32-63. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PLEYERS, G. A “guerra dos deuses no Brasil”: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. **Educ., Soc.**, Campinas, v.41, p. 1 - 17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 31 mar. 2022.

POGGI, T. Fascismo à brasileira. *In*: CISLAGUI, J. F.; DEMIER, F. (orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 69-100.

PY, F. Pandemia cristofascista. *In*: ANJOS, F. dos; MOURA, J. L. **Texto #4 da série# contágios infernais**. São Paulo: Recriar, 2020. p. 53. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 03 maio 2022.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SENHORAS, E. M.; SANTOS, A. F. P. dos.; CRUZ, A. R. A. de. Expansão do Protestantismo no Brasil e suas Configurações na Amazônia Legal. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 18, n. 25, p. 136-149, dez. 2016.

VILLASENOR, R. L. A estratégia política da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre as eleições presidenciais 1989, 1994 e 2002.

**Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 8, p. 155-164, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

VIRAÇÃO, J. de S. **Igreja Reformada Potiguara (1625 - 1692): A Primeira Igreja Protestante Do Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.